

A energia do PAC

Beatriz Cardoso
do Rio

Em tempo de energias renováveis, como o biodiesel, o álcool e o HBIO da Petrobras, o petróleo e o gás natural são os principais combustíveis para fazer decolar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em fevereiro deste ano.

Anunciado como o maior programa estratégico de investimentos do Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em fevereiro pelo governo Lula, encampa uma série de projetos do Plano Estratégico da Petrobras. E consagra o setor de petróleo e gás natural como o principal provedor de energia para dar a partida no crescimento da economia brasileira nos próximos anos.

Dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos até 2010, nada menos que R\$ 274,8 bilhões (54,5%) se referem ao setor energético, que compreende energia elétrica, combustíveis renováveis, petróleo e gás natural. Deste total, R\$ 78,4 bilhões (29%) estão relacionados a projetos do setor elétrico e R\$ 17,4 bilhões (6%) a combustíveis renováveis, enquanto que R\$ 179 bilhões (65% dos investimentos previstos para o setor energético e 35,5% do total) dizem respeito especificamente ao setor de petróleo e gás.

Ou seja: um terço do PAC está alicerçado em projetos diferenciados que vão,

literalmente, do poço de petróleo ao poste de luz. Os recursos serão direcionados para empreendimentos que visam intensificar a exploração com o intuito de agregar novas reservas de hidrocarbonetos; aumentar a produção e o refino de petróleo — principalmente o pesado —, de forma a gerar derivados com padrão de qualidade internacional; ampliar o processamento, transporte e distribuição de gás natural, além de abastecer as termelétricas implantadas ou em construção no país; expandir o setor petroquímico, a partir também do petróleo nacional; e consolidar a renovação da frota nacional de petroleiros.

Aposta de médio prazo — O PAC enfatiza esta aposta no setor de petróleo e gás ao estabelecer, exclusivamente para o setor energético, uma previsão de investimentos para após 2010 no valor de R\$ 189,2 bilhões — dos quais R\$ 138,1 bilhões (73%) relacionam-se diretamente a projetos na área petrolífera, enquanto que R\$ 27 bilhões referem-se a combus-

tíveis renováveis (14,3%), acima do setor elétrico, para o qual está previsto investimentos da ordem de R\$ 24,1 bilhões (12,7%).

Enfim, o programa com o qual o governo Lula pretende recolocar o país na rota do crescimento prevê nos próximos dez anos (ainda que para o período pós 2010 não esteja definido) investimentos que somam R\$ 693,1 bilhões em projetos de infra-estrutura nas áreas social, urbana, logística e de energia, dos quais R\$ 317,1 bilhões (quase 46%) abrangem especificamente projetos do setor de óleo e gás.

Se for levado em consideração o fato de que, no Brasil, a área de combustíveis renováveis está entrelaçada com a indústria petrolífera — por conta até do papel que a Petrobras desempenha na produção e distribuição também de combustíveis renováveis — esta participação aumentaria para R\$ 361,5 bilhões. Ou seja, mais de 52% dos investimentos previstos no PAC estão direcionados para a cadeia produtiva do óleo e gás — e todos os biocombustíveis embutidos nela. Dos menos de 48% restantes, os projetos do setor elétrico — que somando os investimentos pós 2010 chegaria a R\$ 102,5 bilhões — ficariam com 14,8%, enquanto as áreas social/urbana (reunida em um único eixo) e a de logística responderiam, respectivamente, por 24,7% e 8,4% do total de recursos previstos no PAC.

Projetos encampados — Em termos reais, os empreendimentos listados no PAC nas áreas de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis integram o *portfólio* de projetos do plano estratégico da Petrobras até 2015. E já haviam sido revistos e redefinidos pela estatal, em agosto do ano passado, os investimentos previstos para tais projetos, que vão da



Previsão de investimento em infra-estrutura energética (2007-2010)

Região	Investimento total (em R\$ bilhões)
Norte	32,7
Nordeste	29,3
Sudeste	80,8
Sul	18,7
Centro-Oeste	11,6
Projetos nacionais	101,7
Total	274,8

intensificação da exploração para agregar novas reservas à produção da HBIO, incluindo entrada em operação de várias plataformas, modernização do parque de refino, nova refinaria e plantas petroquímicas, navios petroleiros e biodiesel.

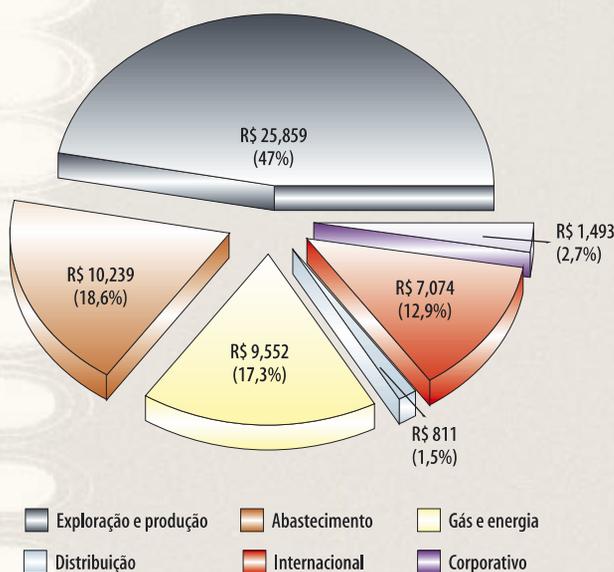
O orçamento de 2007, também revisado e aprovado em janeiro deste ano, agregou R\$ 7.542 milhões — saltando

Ações	Metas físicas em 2010
Petróleo – exploração e produção (produção no Brasil)	2.368 mil bpd de óleo
Refino, transporte e petroquímica	
Ampliação e modernização no Parque de Refino (carga processada)	1.877 mil bpd
Processamento de petróleo nacional	1.708 mil barris/dia
Ampliação e modernização no transporte de petróleo e derivados	42 navios (15 entregues até 2010)
Gás natural (produção no Brasil)	88 milhões m ³ /dia (39 milhões m ³ /dia referente ao Plangás)
GNL	20 MMm ³ /d
Combustíveis renováveis	
Processamento de óleos vegetais no refino (HBIO)	425 mil m ³ /ano
Produção de biodiesel	855 mil m ³ /ano

Fonte: Petrobras

de R\$ 47.456 milhões para R\$ 54.998 milhões em 2007 — devido “à necessidade de se ajustar os investimentos incorporando novos projetos, a antecipação de projetos prioritários, a mudança de escopo, ajustes nos custos e em práticas contábeis mais atuais”, segundo nota da empresa.

Orçamento 2007
(Valores em R\$ milhões e percentual)



Fonte: Petrobras

No total, 183 projetos da estatal foram encampados pelo programam do governo. Empreendimentos nos quais a Petrobras e seus parceiros têm investimentos previstos, até 2010, da ordem de R\$ 171,7 bilhões (o que corresponde a 62% do montante relacionado ao setor de energia e 34% do total do programa até 2010). O que foi muito bem recebido pela petroleira, que em nota oficial à imprensa, pontua que “o Plano Estratégico alinha-se ao PAC na coincidência de suas metas”.

De acordo com o comunicado da Petrobras, as premissas do PAC para o setor, que estariam “em consonância com as metas da companhia” são: 1) garantir, no longo prazo, a auto-suficiência sustentada do Brasil em petróleo, com produção mínima 20% acima do consumo nacional, relação reserva/produção mínima de 15 anos e aumento da produção de óleos leves; 2) ampliar e modernizar o parque de refino, aumentando a participação do óleo nacional na carga processada e melhorando a qualidade dos derivados; 3) acelerar a produção e a oferta de gás nacional; 4) assegurar a liderança do Brasil na área de biocombustíveis.

Quem dá mais

Ao apresentar o PAC como “um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal”, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que todos os setores da nação deveriam participar do esforço de aceleração do crescimento. “Uma tarefa destas não pode ser uma atitude isolada de um governo, mas sim de toda a sociedade brasileira. Temos que ver o PAC não apenas como um conjunto de medidas, mas como um foco de novas atitudes”, disse Lula.

Dias depois, ao dar a partida oficial no Projeto Manati, na Bacia de Camamu, no Baixo Sul da Bahia — com uma produção inicial de dois milhões de metros cúbicos de gás por dia, a qual deverá se

triplicar até o final do ano — ele indicaria a razão de o PAC estar centrado no setor energético. Ele afirmou que o programa é fundamental para evitar o risco de um novo apagão de energia, como ocorreu em 2001, o que poderia desmotivar os investidores externos.

Ressaltou ainda que o governo estava fazendo a lição de casa, pois o programa também estaria prevendo a melhora na qualidade do gasto público, com contenção do crescimento do gasto corrente e aperfeiçoamento da gestão pública, tanto no orçamento fiscal quanto no orçamento da previdência e seguridade social.

Lula foi mais longe ao dizer que o PAC “é um simples compromisso de colocar R\$ 504 bilhões até 2010, na perspectiva de que a iniciativa privada entre nesse negócio”. Segundo ele, se para cada real

Grandes números (em R\$ milhões)



Fonte: Petrobras

A maior parte dos investimentos que serão feitos em infra-estrutura pelo PAC, caberá às estatais, principalmente à Petrobras

que o governo colocar a iniciativa privada colocar outro real, “haverá mais de trilhão de reais tocando a economia brasileira”. O presidente da República assegurou ainda: “O governo vai fazer a sua parte, a Petrobras vai fazer a sua parte, a Eletrobrás vai fazer a sua parte, os bancos vão fazer a sua parte.”

Do volume de recursos previstos para serem investidos em infra-estrutura até 2010 — R\$ 503,9 bilhões —, R\$ 67,8 bilhões virão do orçamento do governo central enquanto R\$ 436,1 bilhões serão provenientes das estatais federais e do setor privado. O fato é que a parte do leão vai caber às estatais — particularmente, à Petrobras, uma vez que grande parte dos investimentos, como ficou claro, dizem respeito a projetos já anunciados nos últimos anos.

O que levou o governo federal a colocar o setor petrolífero como principal alicerce do PAC foi, sem dúvida, o crescimento desta indústria no país nos últimos anos. Mas ainda, o desempenho da Petrobras, tanto financeiro como operacional, em uma década de quebra de monopólio e a entrada incisiva nas operações de exploração e produção de grandes companhias internacionais no país. Afinal, o ano do PAC é também o do aniversário de dez anos da chamada Lei do Petróleo, a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, que também instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No âmbito financeiro, a Petrobras tem registrado lucros recordes (ver gráficos na página anterior). O maior de todos

no ano que terminou: R\$ 25,9 bilhões, 9% acima do recorde anterior, registrado em 2005, e mais do que o triplo do lucro consolidado em 2002. É bem verdade que foi um crescimento menor que o de 2005, quando a estatal viu seu lucro aumentar em mais de 40% em relação ao ano anterior — saltou de R\$ 16,89 bilhões para R\$ 23,72 bilhões, por conta da disparada do preço do petróleo, que alcançou patamares históricos, e a desvalorização do dólar.

O crescimento mais acanhado em relação ao ano anterior se deve, em parte, ao aumento dos custos de extração e refino no país. O custo unitário de extração no Brasil, sem as participações governamentais, aumentou 15% em dólares em relação a 2005, em função dos maiores gastos com sondas (que têm preços internacionais) e a entrada em operação da FPSO-Capixaba e da P-34, com custos unitários iniciais mais elevados, compensados apenas parcialmente pelo aumento da produção petróleo e gás. Já o custo unitário de refino no país aumentou 21% em dólares (8% em reais) por conta da maior complexidade e investimentos para processamento de óleo pesado e para melhorar a qualidade dos combustíveis.

Contudo, a Petrobras fez questão de ressaltar, em seu informe oficial sobre os números de 2006, que o resultado do ano passado representou o maior crescimento de lucro (em dólares) dentre as *majors* do setor. Com bons lucros e atenta a todas as oportunidades, para não perder sua posição majoritária no mercado brasileiro, onde reinou por mais de quatro décadas, os investimentos da Petrobras vêm crescendo a cada ano: em 2006, atingiram R\$ 33,7 bilhões, 31% a mais do que em 2005 — sendo 52% superior aos de 2002, e mais que o dobro do início deste século. Daí ser a Petrobras um dos pratos principais do cardápio do PAC.

Base sólida

Os frutos dos investimentos crescentes, aliados ao forte posicionamento da Petrobras nas atividades exploratórias e de produção — e mais recentemente, na modernização de sua planta de refino —, revelam uma sólida base para um programa do porte do PAC. Nos últimos anos, a empresa vem apresentando um dos mais altos índices de sucesso exploratório — ou seja, de acerto na busca por novas jazidas — e de reposição de reservas.

Segundo dados da companhia, seu índice de sucesso exploratório mais que dobrou nos últimos três anos: passou de 23%, em 2002, para 55%, em 2005, bem acima da média mundial de 25%. Isso significa que a Petrobras tem encontrado hidrocarbonetos em mais da metade dos poços que perfura, enquanto a média mundial das petrolíferas é de um acerto em cada quatro tentativas.

Este sucesso nos últimos anos se deve a uma mudança na estratégia exploratória da Petrobras, que, no início desta década, voltou-se para novas frentes, mais além da Bacia de Campos. Foi assim que a Petrobras descobriu os campos de Jubarte, Cachalote e o Parque das Baleias, no norte da Bacia de Campos; Papa-Terra no sul; Mexilhão, Lagosta, Cavalo-Marinho, Uruguá e Tambaú, em Santos; Golfinho e Canapu, no Espírito Santo. Como resultado, nesses quatro anos, a estatal descobriu 6,6 bilhões de barris equivalentes de petróleo (boe), dos quais 3,1 bilhões já foram provados. Os projetos de desenvolvimento da maior parte destes campos estão inseridos no PAC.

Desempenho positivo vem tendo a Petrobras na reposição de suas reservas, outro ponto crucial do programa. Para cada barril de óleo equivalente produzido pela Petrobras em 2006, no Brasil, foi repostado 1,739 barris de óleo equivalente (boe, que significa a soma das reservas de óleo, condensado e gás

natural), resultando em um Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 173,9%. A relação Reserva/Produção (R/P) ficou em 19,5 anos. Estes foram os números divulgados pela Petrobras no início do ano, quando apresentou os volumes das reservas provadas de petróleo e gás natural no Brasil e no Exterior, segundo os critérios da Society of Petroleum Engineers (SPE), que também é adotado pela ANP.

As reservas dos campos sob concessão da Petrobras no país atingiram 13,753 bilhões de boe, segundo o critério ANP/SPE, consolidando um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior (13.232 bilhões de boe). Parece pouco, mas não é quando se tratam de bilhões de barris: no ano passado a Petrobras apropriou 1,226 bilhão de boe às reservas provadas, contra uma produção acumulada de 705 milhões de boe.

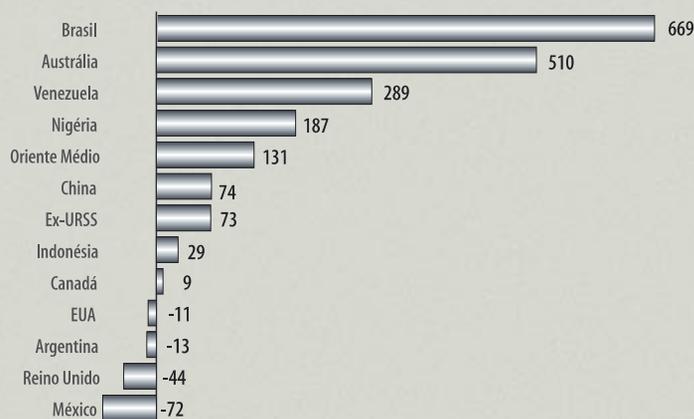
O que levou a este aumento considerável no último ano foram as descobertas em blocos exploratórios espalhados pela bacias de Campos, Espírito Santo, Solimões, Rio Grande do Norte, Recôncavo Baiano e Espírito Santo. Pesou também as revisões de reservas em campos já existentes, principalmente em Marlim, Albacora, Roncador e Marlim Sul, na Bacia de

Campos, que integram os projetos prioritários do PAC.

O que reforça as expectativas no setor de petróleo são as declarações de comercialidade, que crescem a cada ano. No apagar das luzes de 2006, a ANP recebeu nada menos que 20 declarações de comercialidade, entre as quais 19 feitas pela Petrobras na condição de operadora e uma da Shell (que opera o bloco BS-4 em sociedade com a Petrobras). Outros quatro campos tiveram sua comercialidade declarada em 2006: um da El Paso, dois da Auri-zônia e outro da Petrobras.

No total, a ANP tem notificado oficialmente 24 declarações no ano passado — contra 17 em 2005 e 11 em 2004. Ou seja: as descobertas economicamente viáveis confirmadas mais do que dobraram em dois anos. E expandiram suas fronteiras, ainda que 20 das registradas em 2006 estejam nas três principais bacias produtoras do país. A expectativa da Petrobras é incorporar 2,1 bilhões de boe nestas áreas: 560 milhões de boe na Bacia de Santos, 168 milhões de boe no Espírito Santo e 1,37 bilhão de boe na soberana Bacia de Campos, onde estão centrados os principais projetos de produção listados no PAC.

Evolução das reservas provadas – 1980-2005 (%)



Fonte: BP Statistical Review – 2006

Plano ambicioso

Aumentar as reservas de petróleo e gás, expandir a infra-estrutura de transportes e distribuição e intensificar as pesquisas e o desenvolvimento de combustíveis e fontes alternativas e renováveis de energia são algumas das metas do Plano de Negócios da Petrobras para o período 2007/2010. A estatal pretende fazer isso a partir de uma ambiciosa carteira de projetos — com investimentos já aprovados e atualizados no orçamento anual — praticamente incorporada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além dos diversos projetos em andamento, serão iniciados outros empreendimentos este ano nas diversas áreas da cadeia produtiva do petróleo e gás, com prioridade para a antecipação da produção de gás natural para reduzir a dependência do importado da Bolívia.

Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás) tem como meta ampliar a produção dos atuais 15,8 milhões para 40 milhões m³/dia no final de 2008 e 55 milhões m³/dia no de 2010, nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, de forma a aumentar a oferta de gás natural na Região Sudeste. Com investimentos de R\$ 25 bilhões em quatro anos, o plano envolve diversos projetos, entre os quais aqueles que visam aumentar a confiabilidade do sistema elétrico nacional, disponibilizando gás natural para a geração térmica. Entre os projetos do Plangás destacam-se:

- Campo de Mexilhão (Bacia de Santos) — Instalação de uma plataforma fixa na profundidade de 172 metros para produzir 15 milhões de m³ de gás por dia. Com início de operação previsto para 2009 e investimentos de R\$ 4,4 bilhões, o projeto envolve a implantação de duto submarino para levar o produto até uma unidade de tratamento de gás (UTG), em Caraguatatuba (Litoral Norte de São Paulo), de onde será escoado por duto terrestre até Taubaté (Vale do Paraíba-SP).
- Campo de Golfinho (Bacia do Espírito Santo) — Com início de operação previsto para o primeiro trimestre de 2007, o projeto, que envolve investimentos de R\$ 2 bilhões, visa produzir 100 mil barris de petróleo e 3,5 milhões de m³ de gás por dia, por meio de um navio plataforma.

Exploração e produção — A intensificação das atividades exploratórias, com o objetivo de incorporar novas reservas de petróleo e gás, é essencial para garantir, no longo prazo, a sustentabilidade da auto-suficiência brasileira. Para isso, a Petrobras prevê investir R\$ 15,5 bilhões em exploração até o final desta década. Se somados os recursos de outras petroleiras (parceiros e terceiros), da ordem de R\$ 6 bilhões, os investimentos exclusivamente na exploração de petróleo, estimados no PAC, totalizam R\$ 23,5 bilhões.

Embora a meta estabelecida no PAC seja aumentar as reservas em 800 milhões de barris de óleo por ano até 2010, é bom destacar que as atividades de exploração realizadas neste período só terão impacto na produção da próxima década. Ou seja: este aumento se deverá muito mais às atividades que já vêm sendo desenvolvidas há algum tempo, considerando também as áreas que tiveram suas comercializações declaradas em 2006.

Uma vez que, para atender à demanda crescente e manter a auto-suficiência é necessário aumentar a extração de petróleo e gás, a estatal tem uma ampla carteira de empreendimentos na área de produção. Dos investimentos previstos pelo PAC até 2010 — da ordem de R\$ 81 bilhões —, nada menos que R\$ 63,9 bilhões virão dos cofres da estatal, que pretende virar a década com uma produção diária de 2,6 milhões de barris/dia. Estes recursos distribuídos em vários projetos, entre os quais os de desenvolvimento de campos com grandes reservas, por meio da instalação de

Região Sudeste

Antecipação da produção nacional de gás natural



novas plataformas (lembrando que os projetos da Bacia de Santos estão incluídos no Plangás). Entre os principais, em sua maioria na Bacia de Campos, figuram:

- **Marlim Leste (P-53)** — início de operação no primeiro trimestre de 2008, com capacidade de produção de 180 mil barris/dia de petróleo;
- **Marlim Sul (P-51)** — começa a operar no primeiro trimestre de 2008, com capacidade de produção de 180 mil barris, por meio da P-51, a primeira plataforma do tipo semi-submersível construída no Brasil;
- **Roncador Módulo 1 (P-52)** — instalação no primeiro trimestre deste ano de plataforma do tipo semi-submersível (P-52), com capacidade de produção de 180 mil barris/dia;
- **Roncador Módulo 2 (P-54)** — instalação da P-54 (FPSO), no terceiro trimestre de 2007, com capacidade para 180 mil barris/dia;
- **Campo de Frade** — instalação de plataforma flutuante para produção de 100 mil barris/dia em 2009;
- **Jubarte Fase 2 (P-57), na costa do Espírito Santo** — instalação de plataforma, a ser contratada, com capacidade para 180 mil barris/dia e previsão de entrada em operação para 2010; e
- **Campo de Roncador Fase 2 (P-55)** — instalação de plataforma flutuante, a ser contratada, com capacidade para 180 mil barris/dia e entrada em operação em 2011.

Fechando a cadeia energética

Na área petroquímica, os principais projetos são os seguintes:

- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) — Maior empreendimento individual já realizado pela Petrobras, com investimentos totais de R\$ 21 bilhões (R\$ 8,2 bilhões até 2010), em parceria com sócios privados, o Comperj terá capacidade para processar 150 mil barris/dia de petróleo pesado nacional. O Complexo abrigará uma Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos (UPB), seis unidades petroquímicas de segunda geração, o Centro de Integração de São Gonçalo (no Grande Rio) e uma base logística. Início de implantação previsto para o quarto trimestre de 2008 e operação em 2012;
- Polipropileno Paulínia S.A. (Paulínia/SP) — Com capacidade inicial de produção de 300 mil toneladas/ano, utilizará o propeno produzido nas refinarias paulistas Replan (também em Paulínia) e Revap (em São José dos Campos). Terá investimentos totais de R\$ 500 milhões e início de operação no primeiro semestre de 2008;
- Complexo Acrílico (Betim/MG) — Produzirá ácido acrílico utilizando o propeno da Refinaria Gabriel Passos (Regap), absorvendo investimentos de R\$ 1,3 bilhão e conclusão prevista para 2011;
- Petroquímica SUAPE (PE) — Vai produzir 550 mil toneladas/ano de PTA (Ácido Tereftálico Purificado), usado nas indústrias têxteis e de embalagens plásticas. Terá investimentos de R\$ 1,2 bilhão e operação prevista para 2009; e
- Projeto Têxtil — CITEPE (Ipojuca/PE) — Integra o Pólo Têxtil no Nordeste, no Porto de Suape. Os investimentos previstos são de R\$ 678,7 milhões e início de operação até o final de 2007.

Refino

No campo do refino, caberá à Refinaria Abreu e Lima (Nordeste), chamada popularmente de Refinaria do Nordeste (Renor), a primeira unidade da Petrobras em associação com a estatal venezuelana PDVSA, processar 200 mil barris de petróleo pesado por dia. Estão previstos investimentos em infra-estrutura portuária, abastecimento de água, construção de emissário para efluentes, construção de linha de transmissão de energia elétrica, dutos para escoamento de petróleo e derivados, além de aplicação de recursos em projetos sociais na região. A implantação está prevista para o primeiro semestre de 2008 e a operação para 2012. Os investimentos totais serão de R\$ 10 bilhões (R\$ 5,6 bilhões até 2010).

A estatal também tem planos para ampliar e modernizar o parque de refino, investindo R\$ 22,6 bilhões, até 2010, em todas as refinarias, para aumentar a carga processada em 100 mil barris/dia e elevar o volume de petróleo nacional processado em 250 mil barris/dia (de 80% para 90% da carga processada).

Frota petroleira

A renovação da frota de petroleiros prevê a construção, em

estaleiros nacionais, de 42 unidades, com encomenda inicial de 26, das quais 15 serão entregues até 2010. Os investimentos chegam a R\$ 4,1 bilhões, com elevado índice de nacionalização (após 2010, estão previsto investimentos de R\$ 5 bilhões em navios). Ainda serão encomendados dois superpetroleiros (VLCC) no Brasil, antes de 2010.

Biocombustíveis

A Petrobras, no que diz respeito ao biodiesel, prevê, inicialmente, a instalação de plantas em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE), com capacidade para produzir 50 mil toneladas/ano cada uma. Com início de operação no final deste ano, estes projetos envolvem recursos de R\$ 570 milhões. A estatal estuda ainda a implantação de outras usinas de biodiesel, em parceria com sócios privados, em diversos pontos do país, até 2008.

A empresa iniciará ainda a implantação de projetos do Corredor de Exportação de Álcool, envolvendo a construção de álcooldutos para escoamento de etanol para exportação. Quanto ao HBIO, um diesel produzido a partir da mistura de petróleo com óleos vegetais que poderá ser processado em qualquer refinaria da estatal, neste ano serão iniciados os processos industriais do produto desenvolvido pela Petrobras em quatro refinarias do país: em Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, envolvendo investimentos de R\$ 150 milhões. Até 2011 o HBIO deverá estar em produção em todas as demais unidades de refino da companhia.

Gasodutos e GNL

A rede de gasodutos em construção ou a serem construídos pela Petrobras envolve investimentos de R\$ 15 bilhões (R\$ 12,5 bilhões até 2010, para implantação de mais de 4,5 mil quilômetros de gasodutos) e a implementação dos projetos de gás natural liquefeito (GNL), orçados em R\$ 5 bilhões (R\$ 2,9 bilhões até 2010). Entre os principais gasodutos estão: Urucu-Coari-Manaus, com 662 km de extensão, vai escoar o gás natural produzido em Urucu para Manaus, entrando em operação no primeiro trimestre de 2008 e absorvendo investimentos de R\$ 1,26 bilhão; o Sudeste-Nordeste (Gasene) interligará a rede de gás das duas regiões por meio dos trechos Cacimbas-Catu, Cacimbas-Vitória e Cabiúnas-Vitória e, juntamente com outros gasodutos na Malha Nordeste, como Catu-Carmópolis (265 km de extensão, vazão de 9,1 milhões de m³/dia, início de operação previsto para o segundo trimestre de 2008), envolve investimentos de R\$ 4,6 bilhões até 2010; na Malha Sudeste, construção do Gasoduto Campinas-Rio, de 453,6 km de extensão, com capacidade de conduzir até 5,8 milhões de m³/dia de gás natural, exigindo investimentos de R\$ 862,5 milhões; e sobre o Gás Natural Liquefeito (GNL), há projetos em estudo para regaseificá-lo em unidades a serem instaladas na Baía da Guanabara (Rio de Janeiro) e no Porto de Pecém (Ceará), com entrada em operação prevista para o primeiro trimestre de 2009, somando investimentos de R\$ 2,9 bilhões.

Projeto em debate

Em seu primeiro mês de existência — uma vez que, para sua vigência efetiva há várias medidas que ainda terão de ser ratificadas pelo Congresso Nacional — o PAC provocou reações de todas as partes. Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib) observou que este é “um debate onde a temperatura dependerá da clareza das constatações e do entendimento”, e que as divergências e convergências deverão estar centradas na abrangência e eficácia das ações propostas.

A ênfase na infra-estrutura foi aplaudida pelo dirigente da Abdib. “Nenhuma nação desenvolvida está onde está sem investimento maciço em infra-estrutura e sem desenvolvimento tecnológico. Esse é o caminho e o Estado brasileiro não está mais disposto a sacrificar qualquer décimo de crescimento pela carência de infra-estrutura.”

No entanto, Godoy ressalva que o fato de o PAC apresentar como prioridade vários projetos já previstos é um indício de que há entraves. “Há um verdadeiro périplo para que um empreendimento de infra-estrutura saia do papel: imprevisibilidade no licenciamento ambiental, ações judiciais impetradas pelos vencidos



em processos de licitação, falta de recursos, falta de estudos e projetos, entre outros tantos. A gestão eficaz, projeto por projeto, precisa antecipar as dificuldades.”

Adalberto Panzan Jr., presidente da Associação Brasileira de Logística (ASLOG) não é tão otimista, mas afirma que está “esperançoso”, uma vez que o PAC reúne um conjunto de medidas há muito reclamado pela sociedade brasileira. A esperança está no fato de que ele denota “um esforço do Governo Federal em demonstrar um compromisso maior para com o país”, nesse início de segundo mandato do presidente Lula.

Afirmando que fez questão de ler as 102 páginas que compõem o escopo do plano anunciado, ao ser inquirido sobre o assunto, disse, mais constrangido que conformado, que tem “esperanças”, mas não “expectativas”. “Esperava que o plano trouxesse um avanço significativo

em termos de desoneração da produção; uma mensagem clara sobre a redução dos gastos públicos, evolução nos mecanismos de fomento ao bom ambiente de negócios e, quiçá, um viés logístico aos investimentos em infra-estrutura, com a priorização das obras de ligação e transposição dos principais entraves viários e portuários do país. Depois da leitura, resignei-me pela ausência das expectativas, e decidi persistir no campo das esperanças.”

Ele pontua que existe uma consistência na participação do que o Governo Federal chamou de “Logística”, dentro do conjunto de investimentos em infra-estrutura, que tem uma média de 11,57% do PIB até 2010, em relação aos dois outros eixos do plano (energético e social/urbano). Mas observa que vários projetos de empresas privadas estariam anunciados como “do governo”, dando como exemplo, além da Petrobras (que a despeito de ser uma companhia mista é controlada pelo governo), projetos da MRS Logística e da ALL no modal ferroviário, com a Infraero respondendo por 100% dos investimentos no setor aeroportuário. “Do ponto de vista de auto-responsabilização direta da administração federal, pródiga e ágil na arrecadação tributária, pouco se vê

no bojo do PAC. Em outras palavras, a mão que arrecada não é aquela que investe”, observa Panzan.

Aliança com o governo — Mais enfático no apoio foi o presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e vice-presidente da Gerdau Açominas, Luiz André Rico Vicente. “Se queremos gerar emprego, empregar nossos filhos, temos que nos aliar ao governo”, afirmou ele ao presidente Lula, em encontro em Brasília, dois dias depois do anúncio do PAC. “O setor lutará pela aprovação das propostas do PAC que serão discutidas no Congresso”, afirmou o empresário, que estava acompanhado de representantes de peso, como o presidente da empresa, Jorge Gerdau Johannpeter, o diretor-presidente da Arcelor Brasil, José Armando de Figueiredo Campos, e o diretor da Usiminas/Cosipa Renato Vallerini Júnior, entre outros.

Mostrando que a indústria siderúrgica está disposta a dar o seu aporte para acelerar o crescimento do país, ele anunciou que entre 2006 e 2010 o setor investirá US\$ 15 bilhões e aumentará a capacidade produtiva de 36,6 milhões de toneladas anuais de aço para 50 milhões de toneladas. “Esse é o maior investimento realizado nos últimos 15 anos, desde o início da privatização do setor, no final de 1991”, assegura Vicente. Segundo ele, o aumento da produção está direcionado para a venda ao mercado externo, mas isto poderá ser revisto devido ao PAC, uma vez que aumentará a demanda do mercado interno, nas obras de construção civil e infraestrutura.

Já as entidades da área específica de petróleo e gás receberam com certo otimismo o programa — até mesmo por ter um foco abrangente neste setor —, fazendo até pleitos para a primeira grande revisão do PAC. É o caso de Eloi Fernández y Fernández, diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) e professor da PUC-Rio. Ele apostava

no relançamento do Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos (PDET) no bojo do PAC — em função da mudança de postura do governador Sérgio Cabral em relação ao projeto, que foi obstado pela governadora Rosinha. “Estamos perdendo uma grande oportunidade de levar em frente um projeto da maior importância para o Brasil e, em particular, para o Rio de Janeiro”, afirma Eloi, acreditando que seu anúncio deva ocorrer na primeira revisão do PAC. “Talvez fossem necessários alguns acertos prévios entre a Petrobras, o Governo do Estado e os municípios.”

De acordo com ele, o que “estabelece uma nova, adicional e importante premissa ao conjunto de argumentos favoráveis à execução desse projeto, é a necessidade de garantir o abastecimento, com óleo pesado da Bacia de Campos, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), uma das prioridades do PAC.

Embora não veja muitas novidades com relação aos projetos de petróleo e gás, o economista Felipe Dias, gerente de Economia e Política Energética do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), afirma que o programa é positivo e representa um novo posicionamento do Governo em termos de política econômica, antes voltado essencialmente à manutenção da estabilidade macroeconômica. “As medidas associadas à tributação, à estabilidade regulatória e ao licenciamento ambiental são positivas, mas ainda tímidas. É necessário caminhar mais nestes temas, os principais condicionantes do investimento do setor de óleo e gás”, afirma.

Entre as ações mais importantes destacadas por ele estão a redução da TJLP e a melhoria das condições de financiamento para os setores de infra-estrutura e a busca de maior celeridade aos processos de licenciamento ambiental, que devem impactar positivamente o investimento

futuro nestes segmentos. “Quanto à desoneração tributária, as ações ainda foram pouco expressivas, mas terão também algum impacto positivo. Neste campo, aguardamos ações mais profundas e estruturais por parte do Governo”, explica.

Em termos gerais, Dias lamenta que os investimentos privados previstos se resumam às parcerias com a Petrobras, que, segundo ele, o Governo ainda considera uma única empresa como fonte de informação sobre o setor. Ele lembra que, pelas estimativas do IBP, quase 23% dos investimentos em exploração e produção de petróleo e gás nos próximos anos serão privados, em parceria ou não com a Petrobras. “O que resulta em números um pouco maiores que os investimentos privados anunciados”, diz o economista.

São aspectos como estes que confirmam a importância da indústria petrolífera no Programa de Aceleração do Crescimento, independente das divergências e convergências a respeito. “O setor de petróleo e gás foi decisivo até para o próprio lançamento do PAC, que, na parte referente a ele, reflete, claramente, o Plano de Investimento da Petrobras”, diz o professor Alexandre Salem Szklo, do Programa de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).

Mas há aspectos positivos, pois além de acrescentar informações adicionais sobre os investimentos privados no setor petrolífero, o PAC coloca na pauta de prioridades o Projeto de Lei 6673/06, do Governo, a chamada Lei do Gás, que regulamenta o transporte, hoje controlado pela Petrobras. Segundo ele, esta regulamentação é fundamental para atrair investimentos do setor privado, a quem o governo quer envolver de forma mais ampla possível neste programa.